

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



- CERTIFICAÇÃO
LEGAL
- PARECER DO
AUDITOR EXTERNO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
(versão para aprovação de contas pelo executivo)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Odivelas** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 452.105.429,60 euros e um total de património líquido de 411.035.804,13 euros, incluindo um resultado líquido de 6.201.999,47 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Odivelas** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro, e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O Município de Odivelas celebrou a 20 de dezembro de 2002 um contrato (renovação) com a então EDP Distribuição – Energia, S.A., atual E-REDES, para a concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município. Tal como é referido na nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Câmara seguiu as orientações recentemente divulgadas pela Comissão de Normalização Contabilística, as quais corroboram o facto de poder não existir toda a informação para este reconhecimento e mensuração, recomendando que seja efetuada a respetiva divulgação dos dados que a E- Redes disponibiliza.

O valor líquido dos ativos de concessão apresentados pela E-Redes (informação não auditada) totaliza 7.115.771,28 euros, sendo a estimativa do montante do resgate / indemnização da concessão de 5.690.080 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do **Município de Odivelas** que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida (com o saldo de gerência anterior) de 169.266.955,74 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 137.075.469,21 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Município de Odivelas. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas outras incorreções materiais.

Lisboa, XX de abril de 2026

Antunes Rodrigues, Célia Custódio & Associado – SROC, Lda.

Representada por:

Célia Maria Pedro Custódio

ROC 1286 // CMVM n.º 20160897

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Auditor Externo elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de Odivelas**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Realizámos o trabalho da análise económico-financeira do primeiro semestre de 2025, cujo conteúdo do nosso relatório se dá como integralmente reproduzido.
3. Desempenhamos as funções que nos foram confiadas, incluindo conferência de Caixa, reuniões com o Diretor Municipal e Serviços da Autarquia, nomeadamente com a Direção de Património, apreciação das contas e das deliberações do Executivo mais relevantes, mediante a leitura das atas e outra informação de suporte. O Auditor recebeu dos Serviços do Município todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
4. No encerramento do exercício foram apreciados o relatório de gestão e os restantes documentos de prestação de contas a serem aprovados em sede de reunião de Câmara, com vista à sua certificação legal.
5. A Certificação Legal das Contas expressa uma opinião sem reservas, mas com uma ênfase relativa à aplicação da NCP 4 – Contratos de Concessão: Concedente.

PARECER

6. Tendo em conta o acima referido, o Auditor Externo é de parecer que a Assembleia Municipal:
 - a. Aprecie e vote os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pelo Município de Odivelas;
 - b. Aprecie e vote a aplicação de resultados proposta pelo Município de Odivelas.

Lisboa, XX de abril de 2026

Antunes Rodrigues, Célia Custódio & Associado, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Célia Maria Pedro Custódio (ROC n.º 1286 / CMVM n.º 20160897)